

# Mobilidade e acessibilidade no espaço *e*-urbano

Débora Massmann<sup>1</sup>

Renata Chrystina Bianchi de Barros<sup>2</sup>

Estava em um trem a 200 km por hora, conectado via Wi-Fi, me movimentando física e informacionalmente, escrevendo e publicando em meu blog informações, mensagens em forma de texto e imagens. Era assim, mais Hermes do que Atlas, mas ainda Prometeu!

André Lemos

## Considerações Iniciais

A metáfora do trem em alta velocidade que transporta um passageiro conectado, via wi-fi, à rede mundial de computadores produzindo e fazendo circular conhecimento e informação constitui uma representação do fenômeno da mobilidade espacial e digital. O trem é re-significado: além de meio de transporte físico, ele assume aí o sentido e a função de transporte informacional à medida que permite o acesso à informação digital de alta velocidade (tanto quanto a do próprio trem) em movimento. O trem representa assim a fase atual da “computação ubíqua e móvel: um lugar em fluxo, um objeto rasgando o espaço a uma grande velocidade, de onde, como um mensageiro angelical, partem e chegam mensagens eletrônicas de qualquer e para qualquer parte do planeta” (LEMOS, 2009, p. 34).

Assim, diante dessa alegoria, tomar como objeto de reflexão as “formas de mobilidade no espaço *e*-urbano: sentido e materialidade digital “implica tocar em uma questão de pesquisa indiscutivelmente atual que vem sendo amplamente debatida pelos pesquisadores do grupo de pesquisa *e*-urbano<sup>3</sup>. Trata-se, pois, de compreender as formas de circulação do saber e do sujeito no espaço em rede (espaço digital) e fora dele (espaço urbano), formas estas que alcançam um lugar de destaque na sociedade atual através do uso de dispositivos tecnológicos, móveis e aplicativos que, além de se

---

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí – Univás.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí – Univás.

<sup>3</sup>Grupo de Pesquisa credenciado no diretório de grupos do CNPq e coordenado pela pesquisadora Dra. Cristiane Dias (Labeurb/Nudecri/Unicamp).

comunicar entre si, comunicam os itinerários urbanos e digitais do sujeito e do saber através do compartilhamento e rastreamento de informações.

Segundo Dias (2011), vivemos, contemporaneamente, a cidade que se modifica conforme as práticas dos sujeitos no espaço urbano. Uma dessas práticas é provocada pela inclusão dos modos digitais de significação, promovidos pelo uso de equipamentos tecnológicos e instrumentos como a internet. Nesse sentido, o sujeito, num determinado período de tempo, ocupa concomitantemente dois espaços distintos: o espaço físico concreto-material e o espaço digital. Cada vez mais inserido neste espaço digital, pelas ferramentas de acesso e de mobilidade, o sujeito passa a se constituir nesta extensão do espaço urbano no digital e vice-versa: haveria aí o surgimento de um “*Homo Connectus*”, como um novo estágio da humanidade, seguindo a ordem evolutiva do “*Homo de Neanderthal*” e do “*Homo Sapiens*”? Em tempos em que se assiste ao advento da sociedade de informação, tempos em que se vive a era das tecnologias de informação, não fazer parte desta rede digital do e-urbano pode significar estar fora das novas relações sócio-tecnológicas das quais a sociedade se constitui e se nutre atualmente. Nesse sentido, a resposta a este questionamento pode ser considerada afirmativa: sim vivemos a era do “*Homo Connectus*”!

O “*Homo Connectus*” pode então ser definido, de acordo com o jornalista e cronista Roberto Pompeu de Toledo<sup>4</sup>, como um sujeito que vive em função do poder magnético dos *Smartphones* (*Androids*, *iPhones*, *BlackBerries*, etc.) e similares. De fato, estamos cada vez mais conectados às ferramentas digitais que se fazem presentes em nosso cotidiano. Em muitos casos, o sujeito simplesmente não tem escolha haja vista, por exemplo, os inúmeros serviços de primeira necessidade, tais como, serviços bancários, e-gov, entre outros, que se utilizam das ferramentas digitais para “facilitar” a vida do cidadão. Certamente facilitam, mas também nos colocam como questão o modo de controle sobre as atividades do sujeito já que todos os percursos urbano-digitais podem hoje ser rastreados através de dispositivos tecnológicos muito simples e comuns na vida de qualquer sujeito como é o caso de aparelhos celulares e *Smtarphones*. Assim, ao dar um telefonema, ao enviar um *sms*, ao utilizar qualquer instrumento de pesquisa ou ainda ao ler uma notícia, o usuário, sujeito desta sociedade em rede, usufrui dessa mobilidade urbano-digital que é considerada por muitos especialistas como um importante avanço de nosso tempo em direção à globalização e à mundialização. No

---

<sup>4</sup> Confira: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/tema-livre/roberto-pompeu-de-toledo-homo-connectus/>

entanto, o que nem sempre se percebe é que por traz disso há todo um sistema de controle sobre as atividades deste sujeito: seus acessos e percursos urbanos-digitais são rastreados e armazenados pelo sistema. Compartilhamento, rastreamento, armazenamento de informações, segurança, acessibilidade e sociedade em rede são temas que estão diretamente conectados com a questão da mobilidade no espaço *e*-urbano.

### **Na mobilidade, a *acessibilidade***

No século XXI, o desenvolvimento das tecnologias de informação traz consigo novas formas de significar as relações sociais, políticas e urbanas. Na esteira desse movimento, conceitos como globalização, mundialização, virtualização, mobilidade, acessibilidade e sociedade em rede tornam-se termos importantes na formulação, produção e circulação do conhecimento. Em função do modo como são empregadas, nas condições de produção deste terceiro milênio, essas palavras passam a constituir paradigmas de um conhecimento que, organizado sob a forma de um sistema, articulam relações pessoais, ciência, cultura, política, economia e comunicação, entre outros. Essas denominações surgem, portanto, como “metáforas mágicas a implicar na emergência de um novo tempo e a acrescentar novos itens à história” (FERARRA, 2010, p.166).

Ao criticar os paradigmas científicos da sociedade do século XXI, que têm nessas denominações um de seus pilares, Ferrara (2010) chama a atenção para os perigos que a rigidez conceitual destes termos pode trazer para o desenvolvimento da ciência e da cultura à medida que condensa movimentos que se produzem e se constituem a partir, justamente, do dinamismo e da imprevisibilidade das relações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas. Diante do modo como a sociedade e a informação tem se organizado, é preciso tomar a questão da mobilidade como constitutiva do sujeito e de suas relações sociais, políticas e ideológicas uma vez que a mobilidade é “inerente ao homem, sendo correlata à necessidade de criar um lugar no mundo, de “construir para habitar”” (HEIDEGGER, 1958 apud LEMOS, 2009, p. 28). Tem-se assim que a cultura da mobilidade aproxima e articula questões tecnológicas, sociais e antropológicas.

Isso nos leva a compreender que refletir sobre a mobilidade significa tocar em uma questão complexa que deve ser observada como um acontecimento que, ao longo da história, aponta para as flutuações de paradigmas científicos e nos conduz a perceber

os fenômenos da mobilidade na articulação com o espaço urbano (e agora também com o espaço digital), como o entrecruzamento de mudanças histórico-sociais decorrentes da efervescência cultural e científica da sociedade de um modo geral e, de modo mais específico, no final do século XX, daquilo que tem sido chamado de sociedade em rede<sup>5</sup>. Com o desenvolvimento da tecnologia digital, a mobilidade é re-significada e isso tem repercutido diretamente na vida dos sujeitos e em suas práticas sob diferentes formas:

A internet móvel nos permite cada vez mais acessar, de qualquer lugar, televisão, rádio, e-mail, MSN, sites, serviços públicos, até mesmo realizar transações bancárias. Hoje, com a internet é possível clicar sobre ícones e nos movermos de um lugar a outro. Assim, as Novas Tecnologias de Comunicação e Informação constituem um elemento importante da urbanidade, pois elas fazem parte da circulação e experimentação do/não espaço (DIAS, 2011)<sup>6</sup>.

De fato, dessa relação da mobilidade com a sociedade em rede, espera-se criar condições para conectar diferentes espaços-tempos urbanos do mundo globalizado utilizando-se para isso ferramentas das tecnologias de informação. Entretanto, os espaços territoriais não podem se globalizar já que não são mundiais. Assim o que é possível globalizar, “sem se tornar unívocos, são sociedades e pessoas nos seus lugares urbanos de apropriação” (FERRARA, 2010, p. 167). É neste modo de conceber as relações políticas e sociais, como uma rede articulada de relações, que a noção de mobilidade ganha destaque através do advento de artefatos tecnológicos que permitem ao sujeito locomover-se, fragmentar-se, misturar-se, ou melhor, estar em diferentes espaços concomitantemente (DIAS, 2011) através da relação espaço urbano/espaço digital. A mobilidade está posta como questão central da sociedade contemporânea e sua relação com o espaço urbano e geográfico acompanha a história da humanidade (nômades, burgos, cidades industriais, etc.).

Percebe-se assim que o conceito de mobilidade está cada vez mais presente em nossas práticas cotidianas, seja em sua dimensão urbana, seja em sua dimensão informacional-digital. Estamos diante de uma cidade que não para, desloca-se, movimenta-se constantemente em diferentes direções. Nesse movimento de pessoas, objetos e informação, a cultura da mobilidade ocupa uma posição central: ora vista

---

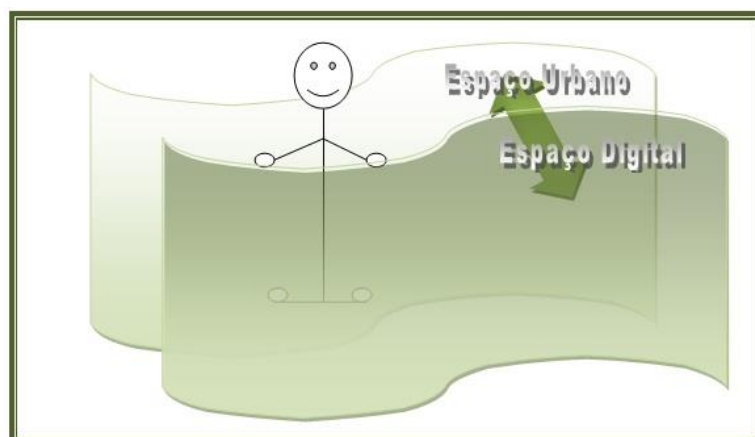
<sup>5</sup> Descrita como uma invenção do capitalismo, as redes constituem “a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (Castells, 2000, p.497).

<sup>6</sup> <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/pdf/eurbano2.pdf>

como problema (observemos, por exemplo, a mobilidade física em grandes metrópoles como São Paulo, por exemplo) ora como solução (a mobilidade de informação através de diferentes artefatos tecnológicos).

De acordo com Lemos (2009, p. 28), é preciso compreender a mobilidade em três dimensões distintas, a saber: “o pensamento, a desterritorialização por excelência para Deleuze e Guatarri (1980), a física (corpos, objetos, *commodities*) e a informacional-virtual (informação). Na esteira do desenvolvimento das tecnologias de informação, percebemos que tem havido grandes investimentos no estudo da comunicação e consumo de mídias, entretanto, a relação entre comunicação, espacialização e mobilidade ainda está em segundo plano. Ou seja, parece não se levar em consideração o fato de que um tipo de mobilidade está diretamente relacionado a outro afetando-o e modificando seu funcionamento: “a mobilidade informacional-virtual tem impactos diretos sobre a mobilidade física e sobre o lugar e o espaço onde opera, e vice-versa” (LEMOS, 2009, p. 28). Nessa perspectiva, é mister não dissociar comunicação, mobilidade, espaço e lugar uma vez que a comunicação coloca a informação em movimento, desloca-a de um lugar para outro, produzindo sentido, subjetividade e espacialização urbana e digital. (LEMOS, 2008).

Nesse sentido, quando pensamos sobre as formas de mobilidade no espaço *e*-urbano, estamos falando justamente dessa relação constitutiva entre o espaço urbano/digital (espaço *e*-urbano), a comunicação, a mobilidade e sobre o modo como a mobilidade física do/no espaço urbano pode ser potencializada pelos instrumentos da mobilidade informacional-virtual, os chamados artefatos tecnológicos utilizados pelo “*Homos Connectus*” de que falamos no início desta reflexão e conforme ilustra imagem abaixo:



**Figura 1 - Figura esquemática do sujeito e da relação constitutiva dos espaços urbano e digital (espaço *e*-urbano).**

Diante do exposto, tomamos, pois, como ponto de partida essa rede semântica na qual a mobilidade tem seus sentidos constituídos no espaço *e*-urbano e selecionamos como objeto de reflexão doravante a palavra *acessibilidade*. Assim, em conformidade com nossas pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto *e*-urbano, propomo-nos a construir um percurso teórico-analítico que objetiva a compreensão dos sentidos que estão em funcionamento na palavra *acessibilidade* no modo como ela vem sendo utilizada, principalmente, em discursos oficiais sobre a inclusão de portadores de necessidades especiais nas práticas da sociedade contemporânea. Trata-se, pois de compreender os deslocamentos de sentidos desta palavra quando empregada em dizeres específicos sobre a tecnologia (tanto na questão física quanto digital) percorrendo, para isso, os processos urbanos e os modos como os sujeitos se relacionam de modo a individualizar-se (ORLANDI, 2012), em um espaço de significação muito específico, o espaço *e*-urbano.

Buscando compreender este funcionamento de sentido da palavra *acessibilidade*, dedicamo-nos neste trabalho a refletir sobre os sentidos que vão sendo produzidos em torno desta palavra em um texto jurídico, a saber, o Decreto-Lei da Acessibilidade brasileiro.

As análises apresentadas inserem-se em uma posição materialista em que se toma a linguagem como não transparente e se considera que sua relação com o real é, portanto, histórica (GUIMARÃES, 2002). Assim, a presente reflexão inscreve-se no domínio teórico da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002), a qual compreende o sentido das palavras como sendo constituído pelas relações de determinação semântica que elas estabelecem entre si tanto no nível do enunciado

quanto no nível do texto e também entre textos distintos. O estudo do sentido de uma palavra não se limita, portanto, à análise do seu funcionamento no plano do enunciado: “este é parte da questão e não o seu lugar” (GUIMARÃES, 2002, p. 28). Isso quer dizer que as posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras são produzidas, enunciadas e retomadas também devem ser consideradas. Há aí um histórico de sentidos, embora não se considere de antemão nenhuma realidade a que as palavras reportam, “há um real que a palavra significa. E as palavras têm a sua história de enunciação. Elas não estão em nenhum texto como um princípio sem qualquer passado” (GUIMARÃES, 2007, p. 81). A fim de mostrar os sentidos que estão em funcionamento no enunciado analisado, representaremos a rede semântica a partir do Domínio Semântico da Determinação (DSD), (GUIMARÃES, 2007) que pode ser definido como um mecanismo de descrição e de interpretação que mostra como o “funcionamento das palavras na enunciação constitui sentidos (...)” (GUIMARÃES, 2007, p. 96). Para Guimarães (2007), no acontecimento da enunciação, a língua em funcionamento movimenta-se, transforma-se e significa de diferentes formas:

podemos dizer que no acontecimento se refaz insistentemente uma língua, pensada não como uma estrutura, um sistema fechado, mas como um sistema de regularidades determinado historicamente e que é exposto ao real e aos falantes nos espaços de enunciação. (GUIMARÃES, 2007, p. 96)

A determinação semântica ocupa, portanto, uma posição de destaque já que é descrita como uma relação enunciativa fundamental no processo de produção de sentidos das expressões linguísticas (GUIMARÃES, 2007). Ou seja, é nas e pelas relações de determinação semântica, constituídas no acontecimento enunciativo, que as palavras significam.

### **Análise semântica: do sentido posto ao sentido fluido**

Como material de análise, selecionamos um único enunciado retirado do texto da Lei da Acessibilidade<sup>7</sup> publicado e homologado em 2004, pelo então Presidente da República. Esta Lei estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos não só no espaço urbano, mas também no que diz respeito a diferentes serviços de utilidade pública, como, por exemplo, informação e comunicação.

---

<sup>7</sup>Decreto-lei 5296 de 2 de dezembro de 2004 in <http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=43>

No recorte, apresentado abaixo, observa-se que a palavra *acessibilidade* tem seus sentidos especificados aparecendo reescrita no Artigo 8, por um procedimento de repetição que é seguido do sinal de pontuação dois pontos cuja função é justamente detalhar o sentido de acessibilidade estabelecendo aí uma relação predicativa marcada pelo sinal de pontuação:

**Recorte 1:**

Art. 8 Para os fins de acessibilidade, considera-se:

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

Com o objetivo de afinar nossas análises, recorreremos aqui às paráfrases que dão mais visibilidade ao que está posto neste enunciado:

1' acessibilidade é uma condição para uso de equipamentos para a pessoa portadora de deficiência;

1'' acessibilidade é uma condição para uso de equipamentos para a pessoa com mobilidade reduzida;

1''' acessibilidade é mobilidade

Nestas manobras iniciais, nota-se que a palavra *acessibilidade* é predicada por “condição para uso de equipamentos da pessoa portadora de deficiência” e por “para uso de equipamentos da pessoa com mobilidade reduzida”. Essa relação predicativa nos permite já de início perceber a relação de sentidos que está sendo produzida entre acessibilidade e mobilidade. De um lado, acessibilidade, determina uma condição, um estado de coisas de um grupo de sujeitos cuja mobilidade não existe ou está reduzida. Ou seja, sujeitos que, de certa forma, foram excluídos da sociedade pela sua diferença física. Promover a acessibilidade neste sentido significa criar condições de mobilidade e é este o funcionamento de sentido que é tornado visível pela paráfrase e pelo DSD abaixo.

DSD1



pessoa portadora de deficiência †	<b>ACESSIBILIDADE</b>	† mobilidade
pessoa com mobilidade reduzida †		

Nas paráfrases seguintes, *acessibilidade* estabelece relações predicativas com “segurança” e “autonomia” da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida tem uma posição central. Nota-se assim que o sentido vai deslizando de “condição”, um estado do sujeito, para a questão da “segurança” e “autonomia” destes sujeitos portadores de necessidades especiais.

1<sup>ª</sup> acessibilidade é autonomia para a pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

1<sup>ª</sup> acessibilidade é segurança para a pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

DSD2

<b>ACESSIBILIDADE</b>	† autonomia
	† segurança

Avançando um pouco na análise deste enunciado, as paráfrases permitem visualizar a questão do acesso ao espaço urbano, através de “mobiários”, “edificações”, “equipamentos e transportes”, e ao espaço e-urbano (espaço urbano e espaço digital/informacional) em “equipamentos”, “sistemas e meios de comunicação e informação”. “Acessibilidade” é diretamente reescriturada por definição por “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários

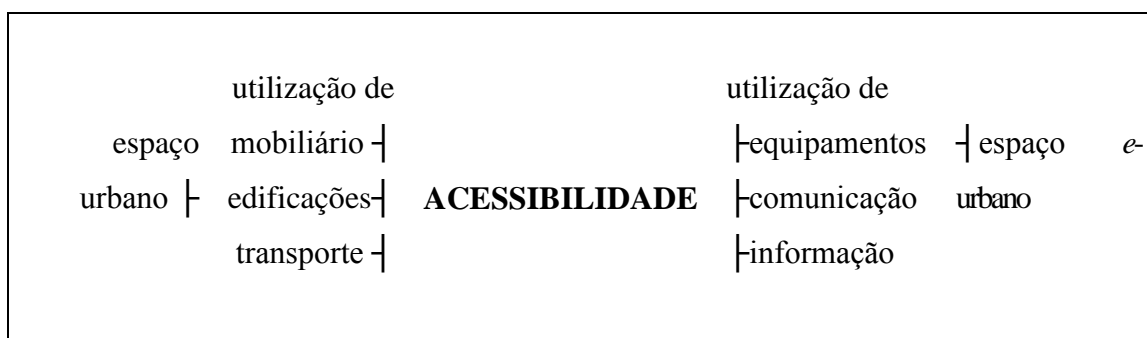
e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”. Esta definição coloca diretamente a predicação de acessibilidade por utilização dos espaços mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transporte e dispositivos e sistema e meios de comunicação e informação.

1”” acessibilidade é a condição de utilização mobiliária, de equipamentos urbanos e de edificações por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

1””””” acessibilidade é a condição de utilização de serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

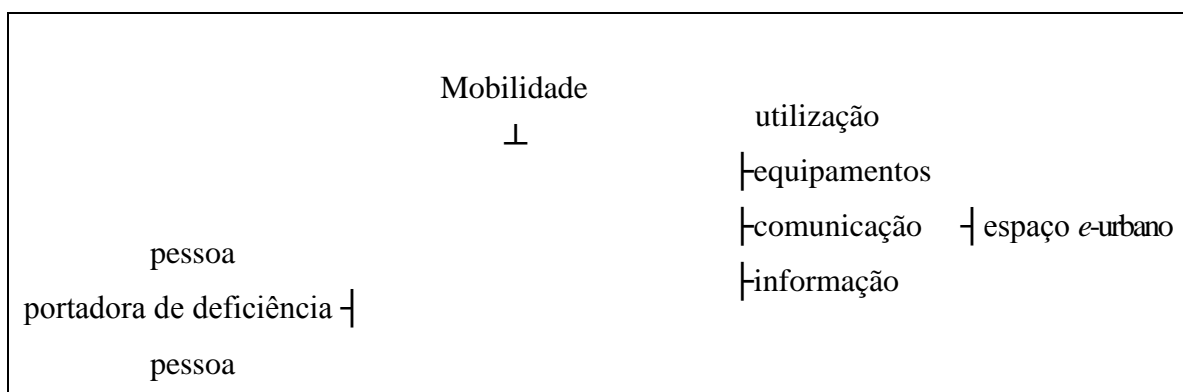
As paráfrases nos conduzem ao seguinte DSD.

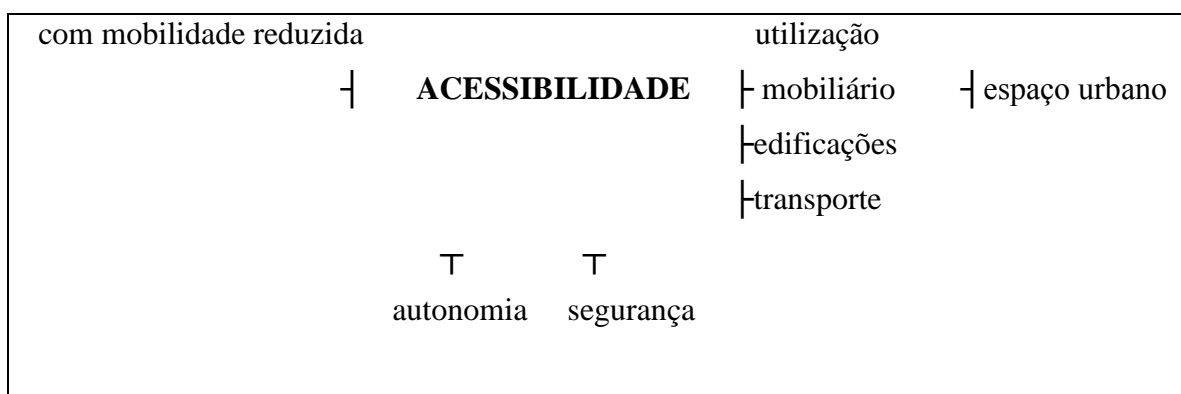
DSD3



A partir dessas análises, é possível representar as relações de sentido da palavra *acessibilidade* no âmbito deste enunciado através de um único DSD.

DSD4





Nota-se, neste DSD4, que o sentido de *acessibilidade* é determinado por “pessoa portadora de deficiência”, “pessoa com mobilidade reduzida”, por “mobilidade”, “autonomia”, “segurança”, “utilização de equipamentos, de comunicação, de informação” e “utilização de mobiliário, edificações, transporte”; por outro lado, é possível observar também que o sentido de *acessibilidade* determina “espaço urbano” e “espaço e-urbano” pelo deslizamento de dois conjuntos de determinação que recebe, o que está à direita no esquema do DSD que propomos

Nesse tear semântico, a relação que se estabelece entre acessibilidade e mobilidade, neste enunciado, é constitutiva à medida que o sentido de uma complementa o sentido da outra. As análises permitem perceber ainda que o sentido de acessibilidade começa a se movimentar do espaço urbano físico-concreto (“mobiliário”, “edificações” e “transporte”) para o espaço digital-informacional (equipamentos”, “comunicação”, “informação”). Isso nos leva a retomar Lemos (2009), autor que considera que o sentido de mobilidade articula-se a outras duas noções complementares que estão diretamente relacionadas à questão da mobilidade no espaço e-urbano: extensionalidade e acessibilidade (KWAN, 2001). Para Lemos (2009), enquanto a primeira diz respeito à capacidade de se mover, a segunda se refere às condições e possibilidades de deslocamento e de alcance de determinados pontos sejam eles físicos informacionais e/ou cognitivos. O autor acrescenta que estas dimensões estão articuladas a outros fatores como, por exemplo, velocidade e aceleração:

A extensibilidade e a acessibilidade variam de pessoas e/ou grupo e o seu valor (positivo) está associado à possibilidade de ser veloz e de acelerar. Aqui imediatividade e instantaneidade são vetores operacionais das atuais formas de mobilidade em suas três dimensões. Vetores estes requeridos e valorizados na atual sociedade da informação onde mobilidade (rápida e acelerada) transforma-se em imperativo de conquista e ícone supremo da época (LEMOS, 2009, p. 35).

Assim, a partir da análise apresentada, pode-se perceber que, se por um lado, o sentido de acessibilidade apresentado pelos dicionários de língua portuguesa<sup>8</sup> apresenta uma descrição semântica fechada e muito restrita, um sentido posto e enclausurado em si mesmo, por outro lado, o modo como o sentido de acessibilidade vem sendo construído na área tecnológica indica um deslocamento semântico à medida que coloca em funcionamento não só a questão do acesso de pessoas com deficiências a produtos, serviços e informações do espaço e-urbano, mas também à medida que possibilita o acesso ao uso de aplicativos e sistemas a todas as parcelas da população. De fato, como mostra a edição 199 da revista Tema, a acessibilidade tecnológica proposta pela ONU<sup>9</sup>, na *Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*<sup>10</sup>, ao mesmo tempo que dá visibilidade a esta noção colocando-a como uma questão de direitos humanos, representa para o usuário

não só o direito de acessar a rede de informações, mas também o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação das informações em formatos alternativos (Revista Tema, 2009, s/p)<sup>11</sup>.

Nota-se assim que, ao ser inserida ao domínio da tecnologia, a acessibilidade tem seu sentido afetado, deslocado e ampliado à medida que faz refletir sobre a comunicação e o acesso à informação a partir de outro lugar, o lugar alternativo dos portadores de necessidades especiais.

## Referências

---

<sup>8</sup> Confira, por exemplo: **acessibilidade**: a.ces.si.bi.li.da.de; *sf* (*lat. accessibilitate*) **1** Facilidade de acesso, de obtenção. **2** Facilidade no trato.

In: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=acessibilidade>

<sup>9</sup>A acessibilidade tem ocupado um lugar de destaque nas discussões políticas, sociais e jurídicas principalmente a partir de 2006, quando a *Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* coloca essa noção como uma questão de direitos humanos. Desde então, o investimento em políticas públicas que priorizem a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais tem sido uma preocupação constante de diferentes segmentos político-sociais que tem tentado adequar o espaço urbano e a sua arquitetura às necessidades de inclusão de toda a população. Tem-se assim que a convenção da ONU pode ser considerada como um divisor de águas à medida que, além de tratar de questões gerais de acessibilidade no espaço urbano, este texto discorre também, no Art. 9, sobre a acessibilidade tecnológica que deve permitir a estes sujeitos transpor as barreiras postas pelos artefatos tecnológicos e inserir-se também no espaço digital. Ao trazer este assunto para a convenção dos *Direitos das Pessoas com Deficiência*, a ONU dá a conhecer outras formas de acessibilidade e, conseqüentemente, outros sentidos para a palavra.

<sup>10</sup>Disponível em <<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=900>>. Acesso em 22 dez. 2012.

<sup>11</sup> In *Páginas Verdes*. Revista do SERPRO. Tema Ano XXXIII – Edição 199, julho/outubro, 2009. Disponível em <<http://www4.serpro.gov.br/imprensa/publicacoes/tema-1/antigas%20temas/tema-199/materias/paginas-verdes>>. Acesso em 28 dez. 2012.

- AUROUX, Sylvain. A hiperlândia e a externalidade da referência. In: ORLANDI, Eni P. (org.) **Gestos de Leitura: da história no discurso**. 3ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. p.241-251.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede. A era da informação, economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v.2.
- DIAS, Cristiane. e-urbano: a forma material do eletrônico no urbano. In: DIAS, C. (org.)**e-urbano**. LABEURB/NUDECRI,UNICAMP: Campinas, 2011. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/index.htm>> Acesso em 22 de dez. 2012.
- FERRARA, Lucrecia D'A. **A mobilidade como contradição do espaço urbano**. In MATRIZES, n. 1. São Paulo,jul./dez. p. 165-177. GUIMARÃES, Eduardo. (2007). Domínio Semântico e Determinação. In **A Palavra: Forma e Sentido**. Campinas: Pontes, p. 77-96.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.
- HEIDEGGER, Martin. Bâtir habiter pensar. In **Essays et Conférences**, Paris: Gallimard, 1958.
- KWAN, Mei-Po. Mobile communication, Social Networks, and Urban Travel: Hypertext as a New Metaphor for Conceptualizing Spatial Interaction. In**The Professional Geographer**. November, v. 59, n. 4, Washington, 2007. p. 434-446.
- LEMOS, André. A cultura da mobilidade. In **Revista Famecos**. n.40.Porto Alegre, 2009. p. 28-35.
- ORLANDI, Eni P. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In \_\_\_\_\_. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia**. Campinas: Pontes, 2012. p. 213-234.
- REVISTA TEMA (2009). Acessibilidade Física e Digital. Revista do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Páginas Verdes. **Revista Tema** Ano XXXIII – Edição 199, julho/outubro, 2009. Disponível em <<http://www4.serpro.gov.br/imprensa/publicacoes/tema-1/antigas%20temas/tema-199/materias/paginas-verdes>>. Acesso em 28 dez. 2012.

**Para citar essa obra:**

BARROS, Renata C. B. de; MASSMANN, Débora. Mobilidade e acessibilidade no espaço *e-urbano*. In. DIAS, Cristiane. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital** [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013, Consultada no Portal Labeurb – <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/> Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

**Endereço:**

LABEURB - LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS

UNICAMP/COCEN / NUDECRI

CAIXA POSTAL 6166

Campinas/SP - Brasil

CEP 13083-892

Fone/ Fax: (19) 3521-7900

[www.labeurb.unicamp.br/contato](http://www.labeurb.unicamp.br/contato)